

29ª reunião
brasileira
de antropologia

RBA

**DIÁLOGOS ANTROPOLÓGICOS
EXPANDINDO FRONTEIRAS**

**GUIA DE ORIENTAÇÕES BÁSICAS
SOBRE DEFICIÊNCIA E ACESSIBILIDADE
NA 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA**



Elaborado por:

ANAHI GUEDES DE MELLO &

FELIPE BRUNO MARTINS FERNANDES

Colaboração:

SEÇÃO DE AUDIODESCRIÇÃO: LÍVIA MARIA VILLELA DE MELLO MOTTA

Revisão:

ANAHI GUEDES DE MELLO

Diagramação:

MARINA MOROS

Apoio:

COMISSÃO DE ACESSIBILIDADE DA 29ª RBA

APRESENTAÇÃO

A trajetória de pessoas com deficiência nas universidades brasileiras sempre esteve repleta de dificuldades devido às inúmeras barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, metodológicas, pedagógicas, instrumentais e atitudinais presentes nos espaços da vida acadêmica. Essas barreiras sociais são formas de discriminação contra as pessoas com deficiência que, sem as necessárias adaptações, ficam impedidas de usufruir de serviços básicos e de participar de diversas atividades cotidianas.

A Constituição Federal de 1988 afirma que a educação é um direito público e menciona o direito de acesso aos “níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (Art. 208, inciso V). O Art. 227, inciso II parágrafo único, por sua vez, dispõe sobre a criação de programas de prevenção, atendimento educacional especializado, integração social, treinamento para o trabalho e remoção de barreiras arquitetônicas. Entretanto, a Carta Magna não previu a eliminação de barreiras comunicacionais e informacionais para pessoas com deficiência sensorial, o que viria a mudar com a promulgação da Lei nº 10.098/2000 e do Decreto 5296/2004, que introduziram no ordenamento jurídico brasileiro o princípio do direito inalienável de acesso e participação das pessoas com deficiência em todos os espaços públicos, inclusive nos acadêmicos e nas manifestações políticas e culturais, bem como do direito de acesso às tecnologias assistivas e aos meios audiovisuais em diversos formatos acessíveis (legenda em tempo real, janela de intérprete de libras, audiodescrição, dublagem, livros em formato digital acessível, etc.).

A *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, introduzida no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto Legislativo 186/2008, elevou o princípio da acessibilidade para pessoas com deficiência à categoria de **Princípio Constitucional**. Todo esse aparato jurídico trata de diversas questões relacionadas aos direitos e garantias das pessoas com deficiência, com ênfase para o direito à cultura, à educação, à saúde (inclusive à saúde sexual), ao trabalho, à comunicação e à informação. Nesse sentido, foi criado na gestão anterior (2011-2012) o Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia - ABA, com o objetivo de garantir a inserção da deficiência como categoria de análise antropológica e oferecer às e aos participantes com deficiência condições mínimas de acessibilidade a partir das adaptações razoáveis e/ou serviços de acessibilidade e de apoio humano, levando em conta tanto quanto possível a perspectiva do Desenho Universal. Com a prática da educação inclusiva garantida pela legislação brasileira, à medida que aumentar a presença de pessoas com deficiência nas universidades de todo o país, a demanda por acessibilidade será cada vez mais deflagrada até se tornar inquestionável.

LIDAR COM AS DEFICIÊNCIAS: UM DESAFIO PARA A ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

O modelo social da deficiência proposto inicialmente em 1983 pelo sociólogo inglês Michael Oliver identificou duas principais formas de opressão contra as pessoas com deficiência: a primeira é a discriminação socioeconômica; a segunda, a medicalização da deficiência, portanto, também da subjetividade. No modelo social, a deficiência não se encerra no corpo, mas deve ser compreendida como o resultado da interação entre um corpo com impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantiriam condições igualitárias de inserção e de participação social às pessoas com deficiência. Essa perspectiva desloca a compreensão da deficiência para o contexto, ao apontar para as barreiras sociais. Assim, o modelo social da deficiência promoveu a primeira guinada ao elevar as pessoas com deficiência ao *status* de sujeitos de direitos humanos. Diferentemente do modelo biomédico da deficiência que se foca nas limitações corporais, o modelo social da deficiência proposto pelo campo dos estudos sobre deficiência implica o contexto social na definição da deficiência, no qual a deficiência é considerada uma forma de opressão que opera com outras categorias sociais como gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual,

nacionalidade, geração, dentre outras, deixando de ser apenas uma “questão médica” para ser um problema econômico, sociocultural e de direitos humanos.

A produção social da deficiência também é “naturalizada” pelos saberes dominantes, cujos significados atribuídos à deficiência estão organizados em um sistema de aparente oposição binária entre “deficientes” e “não deficientes”, revelando novas dimensões para a abordagem do corpo e da corporalidade. A Antropologia também trouxe seu contributo às questões da deficiência, contrapondo-se às ideias hegemônicas de tratá-la como um fardo, desvio, aberração, perturbação ou anormalidade. Enfoques antropológicos baseados em conceitos como cultura, estigma, desvio e liminaridade foram apropriados pelo campo dos estudos sobre deficiência para explicar o fenômeno da deficiência. No entanto, por muito tempo a temática da deficiência permaneceu à margem dos estudos no campo da Antropologia brasileira, começando a ganhar cada vez mais destaque somente nos últimos anos. Atenta a esses fatos, pela primeira vez neste ano a ABA promoverá, em sua 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, atividades focadas na produção antropológica sobre pessoas com deficiência, organizadas pelos membros do Comitê Deficiência e Acessibilidade da ABA, como o grupo de trabalho sobre etnografias da deficiência (GT83 – Etnografias da Deficiência) e o simpósio especial (SE12) que discutirá Corpo, Genética e Novas Formas de Eugenia.

CAPACITISMO E DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À ACESSIBILIDADE

Capacitismo é a discriminação praticada contra as pessoas com deficiência. Trata-se de uma categoria que define a forma como pessoas com deficiência são tratadas como incapazes (incapazes de trabalhar, de frequentar uma escola de ensino regular, de cursar uma universidade, de amar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc.), aproximando as demandas dos movimentos de pessoas com deficiência a outras discriminações sociais como o sexismo, o racismo e a homofobia.

O que se chama de concepção capacitista está intimamente ligada à corponormatividade que considera determinados corpos como inferiores, incompletos ou passíveis de reparação/reabilitação quando situados em relação aos padrões hegemônicos funcionais/corporais. Atitudes capacitistas contra pessoas com deficiência refletem a falta de conscientização sobre a importância da sua inclusão e da acessibilidade.

BOAS PRÁTICAS DE ACESSIBILIDADE NA 29ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA

Garantir acessibilidade às pessoas com deficiência implica em um novo desafio à Antropologia brasileira que se mostrara engajada com a luta por justiça social e contra a exclusão de sujeitos por suas condições de vulnerabilidade social.

A organização da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia vem priorizando como um dos desafios a serem vencidos a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, instrumentais e atitudinais, a fim de garantir a efetiva participação e inclusão das pessoas com deficiência, não apenas como “ouvintes” do evento, mas também como protagonistas na produção de conhecimento antropológico.

Repensar o lugar das pessoas com deficiência na produção de conhecimento antropológico exige aprendizado e uma mudança de postura de toda a comunidade de antropólogas e antropólogos. Essa transformação é de duas ordens: de um lado uma mudança teórico-cultural em que a deficiência deve ser incluída no rol dos marcadores sociais da diferença e transversalizada com outras categorias de análise em nossas pesquisas, como o gênero, a raça/etnia, a sexualidade, a classe, etc. De outro lado, é fundamental uma mudança nas práticas cotidianas do lócus universitário, altamente estruturado pela “corponormatividade compulsória” e pelo capacitismo.

Neste manual de “boas práticas” sinalizamos a todas e todos os/as participantes do evento as mudanças nas práticas que consideramos centrais para promovermos a participação das antropólogas e antropólogos com deficiência como protagonistas do conhecimento antropológico.

● **Para todas e todos participantes do evento**

✿ **Para conferencistas e palestrantes de Conferências (Cs), Duetos (DTs), Mesas Redondas (MRs) e Simpósios Especiais (SEs)**

☀ **Para coordenadoras e coordenadores de Conferências (Cs), Mesas Redondas (MRs), Comunicações Coordenadas (CCs), Grupos de Trabalho (GTs), Simpósios Especiais (SEs) e Minicursos (MCs)**

❖ **Para apresentadoras e apresentadores de trabalhos em Comunicações Coordenadas (CCs) e Grupos de Trabalho (GTs)**

▲ **Para monitoras, monitores e integrantes da equipe de organização da 29ª RBA**

● ✿ ☀ ❖ ▲ Toda vez que você for falar em público, pergunte antes se tem alguma pessoa com deficiência no auditório ou na sala! Em caso positivo, pergunte a essa pessoa os procedimentos necessários para tornar a sessão a mais acessível possível para ela. Lembre-se, não é politicamente incorreto perguntar se há alguma pessoa com deficiência na sala. Politicamente incorreto é levar adiante uma sessão pressupondo que todas as pessoas têm as mesmas capacidades e necessidades educacionais!

✿ ☀ ❖ ▲ Na elaboração da sua apresentação em *Power Point*, leve em conta a possibilidade de presença, na sala, de pessoas com baixa visão. Dessa forma, use letras grandes e fontes compreensíveis. Pense também em usar um bom fundo contrastante com a cor da fonte de modo que as letras não se tornem ilegíveis pelo público. Um bom contraste entre as cores de fundo e da letra auxilia a leitura das pessoas com baixa visão. Use o círculo de cores na definição de cores de fontes, títulos e fundo, para que fique o mais legível e contrastante possível! (Fonte: <http://bloglapoupee.files.wordpress.com/2012/09/ccc.png?w=714>).



✿ ☀ ❖ Caso a sua apresentação em *Power Point* possua uma imagem, lembre-se que as imagens de figuras, fotos e vídeos não falam por si sós! Dedique-se à descrição mínima das imagens dessas figuras, fotos e vídeos, respeitando-se as regras básicas da descrição de imagens! A seguir, enviamos algumas instruções simples para se proceder à acessibilidade comunicacional e informacional para pessoas com deficiência visual em eventos com ou sem audiodescrição:

1. EM EVENTOS SEM AUDIODESCRIÇÃO

O uso de arquivos *Power Point* em aulas, apresentações e palestras, como um apoio visual e organizador da fala, tem se ampliado ultimamente devido ao avanço da tecnologia e da valorização dos recursos multimídia e imagéticos. Isso reforça a necessidade de refletirmos em como tornar as apresentações acessíveis para diferentes públicos e, mais especificamente, para as pessoas com deficiência visual que ficam excluídas do universo imagético pela falta da visão.

As imagens estáticas como fotos, desenhos, pinturas, cartuns, tirinhas, gráficos, mapas e outras; e as imagens dinâmicas como vídeos e animações são utilizadas não somente para ilustrar, chamar a atenção e tornar as apresentações mais atraentes, mas também para enfatizar aquilo que as/os palestrantes ou os professores e as professoras estão apresentando, complementar o entendimento e torná-lo mais facilmente compreendido ou assimilado. Todos esses recursos visuais têm o seu significado e não são escolhidos aleatoriamente, daí a necessidade de traduzi-los de um meio para outro, transformando as imagens em palavras.

À medida que professores e professoras ou palestrantes forem apresentando os *slides*, deverão ler o texto em destaque ou referir-se a ele e descrever as imagens que ilustram cada *slide*. As sugestões de frases apresentadas abaixo objetivam agilizar o planejamento da descrição dos recursos imagéticos:

A imagem que ilustra esse slide é de.....,

O slide é ilustrado por foto de,

O gráfico mostra.....,

O slide cujo título é.... é ilustrado por

No slide, uma foto de

No slide, o gráfico mostra os resultados de....

2. EM EVENTOS COM AUDIODESCRIÇÃO

Em alguns congressos, seminários, ciclos de palestras e outros eventos acadêmicos, já tem sido utilizada a audiodescrição, recurso de acessibilidade que amplia o entendimento da pessoa com deficiência visual em diversos tipos de espetáculos e eventos. Isso demonstra a preocupação com o direito das pessoas com deficiência de acesso à comunicação e à informação. Nestes eventos, são audiodescritas imagens de slides, vídeos, a caracterização dos palestrantes, o auditório e o registro da presença de convidados e autoridades.

Os audiodescritores e as audiodescritoras ficam em cabines com um roteiro previamente elaborado sobre o local do evento, logomarcas, vídeos que serão apresentados e tudo o que é possível adiantar, como o conhecimento prévio de terminologia, nomes dos palestrantes e suas apresentações. As pessoas com deficiência visual recebem receptores e fones de ouvido e podem, dessa maneira, escutar a audiodescrição que é inserida, preferencialmente, em momentos de pausa do palestrante ou em momentos em que a sobreposição de falas não comprometa o entendimento.

Quando os/as palestrantes sabem que no evento haverá audiodescrição, eles e elas poderão disponibilizar suas apresentações e vídeos com antecedência para que os audiodescritores e as audiodescritoras possam ter acesso ao material. Outro ponto importante é dar uma pausa entre um slide e outro para que o audiodescritor e a audiodescritora possam descrever as imagens sem interferir na fala do palestrante.

Se os/as palestrantes, por outro lado, souberem da necessidade de tornar suas apresentações acessíveis, eles e elas poderão fazer a descrição dos recursos visuais que utilizarão. As informações sobre as imagens escolhidas serão importantes para as pessoas com deficiência visual e para as pessoas que enxergam, para que todos tenham acesso às informações visuais da apresentação por meio da descrição. Isto faz parte de uma postura cidadã e inclusiva.

Em ambos os eventos, com ou sem audiodescrição, é importante lembrar que, ao iniciar a palestra, é conveniente falar fora do microfone por alguns instantes para que as pessoas com deficiência visual possam localizar a posição do palestrante e não ficar dirigindo-se para as caixas de som.

● ✿ ☀️ ❖ ▲ Caso uma pessoa com deficiência auditiva faça uso de leitura labial, evite colocar o microfone ou as mãos ou qualquer outro objeto na frente da sua boca. Como os lábios são o meio através do qual a pessoa surda “vê vozes”, qualquer barreira na frente da boca impedirá a comunicação e compreensão da informação pela pessoa surda oralizada.

● ✿ ☀️ ❖ ▲ Caso uma pessoa surda prefira a comunicação através da Libras, pode-se solicitar à organização da 29ª RBA um intérprete de Libras. Para isso, faça esse pedido a uma de nossas monitoras ou monitores ou dirija-se diretamente à recepção da 29ª RBA.

✿ ☀️ ❖ Muitas pessoas surdas e com deficiência intelectual enfrentam barreiras para acompanharem a totalidade das apresentações orais. Dessa forma, use *Power Point* e/ou leve sempre duas ou três cópias de uma “lauda de acessibilidade” da sua apresentação, trazendo as principais ideias e argumentos da sua palestra ou trabalho para que ela possa acompanhar as suas ideias. Caso você não tenha problemas, você pode emprestar para as pessoas com deficiência uma cópia do seu texto e, após a sua apresentação, ela o devolverá para garantir seus direitos autorais. Essas dicas são apenas medidas de acessibilidade e você pode escolher uma dessas opções ou mais, fica a seu critério.

● ✿ ☀️ ❖ ▲ Nas conferências, duetos, mesas-redondas, simpósios especiais, grupos de trabalho ou mesmo nas conversas de corredor e durante os *coffee breaks*, debates mais calorosos geralmente se instituem. Uma das grandes dificuldades das pessoas surdas em momentos de debates políticos e teóricos calorosos é acompanharem o vai-e-vem de ideias, posições e argumentos. Para que as pessoas surdas acompanhem esses debates, que são muito produtivos nos diversos campos de produção do conhecimento, pedimos que cada pessoa fale uma de cada vez e estimule a participação delas nos debates, já que muitas vezes, em situações calorosas, todo mundo fala ao mesmo tempo e para a pessoa surda fica difícil acompanhar ou mesmo participar integralmente do debate.

☀️ Para coordenadoras e coordenadores das conferências, mesas redondas, comunicações coordenadas, grupos de trabalho e simpósios especiais, pedimos que sugiram às apresentadoras e apresentadores de trabalhos que ofereçam às pessoas com deficiência uma lauda de suas mini-biografias (currículos resumidos), para que as pessoas surdas possam saber quem são e para que possam localizá-las nos campos teóricos.

☀️ ▲ Todos os espaços e atividades da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia devem reservar pelo menos 05 lugares na primeira fileira para pessoas com deficiência. Caso esses lugares não sejam preenchidos, podem ser ocupados por outras e outros participantes. Pedimos a todas as coordenadoras e coordenadores, monitoras e monitores e demais organizadoras e organizadores de atividades que solicitem na recepção as impressões com o símbolo de acessibilidade que funcionarão como reserva dos lugares.

☀️ ▲ Em caso de presença de uma pessoa com deficiência intelectual em atividade da 29ª RBA, cabe à coordenação da atividade solicitar à monitora ou ao monitor que a acompanhe para que essa pessoa possa tirar dúvidas em relação ao conteúdo apresentado.

☀ ▲ Todas as atividades da 29ª RBA em que estejam previstas a participação de pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, usuárias de cadeiras de rodas ou de muletas ou de bengalas, devem ser realizadas em andar térreo ou em prédio com elevador.

☀ ▲ Para pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida: no suplemento do caderno de programação, antes do índice das autoras e autores de comunicação oral, disponibilizamos o diagnóstico da “Acessibilidade Física na UFRN”, mostrando as condições atuais dos banheiros adaptados e dos acessos, por meio das rampas e/ou dos elevadores, aos centros, estacionamentos, restaurante universitário e outros locais. Use essa referência com o auxílio do mapa da UFRN que lhe será entregue no credenciamento, junto com o caderno de programação.

● ☀ ❖ ▲ Os casos omissos e situações não previstas nesta cartilha serão resolvidos pela Comissão de Acessibilidade da 29ª RBA, de comum acordo com as pessoas com deficiência participantes do evento.

❖ Caso você queira aprender a acessibilizar filmes e vídeos para pessoas surdas e cegas, sugerimos que consultem o “Guia de Cinema e Vídeo para Surdos e Cegos”, disponível em <<http://www.filmesquevoam.com.br/canais.php?mod=pagina&id=65>>, onde no final da página é possível fazer o download desse guia em formato PDF.

ACESSIBILIDADE NA WEB

Nosso objetivo com esta seção é munir os web designers, arquitetos e arquitetas da informação, desenvolvedores e desenvolvedoras web, etc., de informação específica sobre acessibilidade na web, pois muitas vezes esses e essas profissionais fazem páginas web inacessíveis sem saberem, sem terem a mínima noção da discriminação que isso representa para as pessoas com deficiência visual. O termo acessibilidade web foi oficializado pelo W3C (World Wide Web Consortium) e seu departamento WAI (Web Accessibility Initiative) como sendo específico para o acesso de pessoas com deficiência à web, sendo que depois esse termo foi expandido para pessoas sem deficiência quando o criador da web disse que ela tinha de ser universal e nominalmente citou as pessoas com deficiência como parâmetro para que a web tivesse essencialmente essa qualidade. Assim, um bom site acessível para todas e todos segue os padrões de acessibilidade web do W3C/WAI.

A acessibilidade web do site da 29ª RBA foi pensada e praticada minimamente segundo os padrões web e possui uma boa navegação. Há links com o recurso “migalha de pão” que informa às pessoas cegas as páginas onde estão navegando e o caminho que seguem, ou seja, as páginas anteriores.

Para mais informações, sugerimos a leitura dos seguintes textos:

- “A experiência de navegação de uma pessoa cega”, de Lêda Spelta, disponível em <http://acessodigital.net/art_leda-portal-brasil.html>.
- “Quem precisa de acessibilidade na web?”, de Horácio Soares, disponível em <http://acessodigital.net/art_horacio_acessibilidade-para-todos.html>.
- “Como profissionais de informática podem (e devem) dar a sua colaboração na inclusão digital”, de Lucy Gruenwald, disponível em <<http://www.planetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=847>>.
- Palestra de Marco Antonio de Queiroz, vulgo MAQ (*in memoriam*), pioneiro da acessibilidade web no Brasil, disponível em <<http://www.acessibilidadelegal.com/13-maq-encontro.php>>.
- “A importância dos padrões web para a acessibilidade de sites”, de Marco Antonio de Queiroz, disponível em <<http://www.acessibilidadelegal.com/23-padroes-web.php>>.

UMA DICA DE ACESSIBILIDADE SOBRE OS USOS DO ARROBA @, DA LETRA X, DA BARRA OBLÍQUA / E DO ATERISCO *

A maioria das feministas muito provavelmente nunca percebeu que o uso desses sinais gráficos podem ser prejudiciais às pessoas cegas e com baixa visão. Por uma questão prática de respeito à diversidade, sugerimos não usarem o @, a letra x, a barra oblíqua / e o atherisco * em qualquer tipo de texto. O problema está em usá-los pensando que com isso se evita a discriminação de gênero, sem perceber a discriminação que se pratica contra as pessoas cegas e com baixa visão. O caractere denominado arroba (com representação gráfica @) não é uma letra e a tentativa de usá-lo na composição de palavras se constitui em uma ação voluntária de criação de obstáculos à atividade de ler através de sistemas de leitura de tela. Caso queiram saber como uma pessoa que usa sistemas de leitura de tela para fazer a leitura, como é o caso das pessoas com deficiência visual, capta um texto escrito com esse caractere experimentem ler, em voz alta, uma frase como esta: “Tod arroba s arroba s companheir arroba s devem ser solidari arroba s”. Percebam sonoramente a mesma coisa em relação à dificuldade de leitura que essas pessoas têm para a letra x, a barra oblíqua / e o atherisco *, por exemplo: “Todxs xs companheirxs devem ser solidárixs”. As profissionais leitoras e leitores também costumam se atrapalhar nas leituras de textos para pessoas com cegas contendo esses sinais. Nossa sugestão é que usem os dois gêneros por extenso sempre que não for possível o uso de palavras de gênero neutro. Por exemplo: “Todas as companheiras e companheiros devem ser solidárias e solidários”. Outra opção é radicalizar totalmente escrevendo nossos textos de produção antropológica acadêmica feminista e *queer* no feminino. Se queremos incluir as pessoas cegas e com baixa visão na leitura de nossa produção acadêmica, esses sinais devem ser evitados nos textos.

Para mais informações, sugerimos a leitura do texto “Linguagem Inclusiva de Gênero em Trabalho Acadêmico”, disponível em: <<http://www.geledes.org.br/areas-de-atuacao/questoes-de-genero/20518-linguagem-inclusiva-de-genero-em-trabalho-academico>>.

- A ABA possui o Comitê Acessibilidade e Deficiência, composto pelos seguintes membros:

Adriana Dias (Unicamp)

Debora Diniz (UnB)

Luiz Gustavo P. S. Correia (UFS)

- **Como citar o “Guia de Orientações Básicas sobre Deficiência e Acessibilidade na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia”:** sugerimos, motivamos e instigamos a reprodução total ou parcial das ideias aqui expostas por todos os meios, impressos e/ou eletrônicos. Para a cópia e difusão dos materiais publicados, favor de citar as fontes como segue abaixo:

MELLO, A. G.; FERNANDES, F. B. M. **Guia de Orientações Básicas sobre Deficiência e Acessibilidade na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia**. Natal, 2014, 13 p. Cartilha sobre Deficiência e Acessibilidade 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

GLOSSÁRIO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS

Acessibilidade: é a facilidade de acesso para todas e todos. A acessibilidade pressupõe a eliminação de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, metodológicas, pedagógicas e instrumentais. Para as pessoas com deficiência a acessibilidade se dá através da possibilidade e condição de alcance para utilização do meio físico, meios de comunicação, produtos e serviços. Um produto, equipamento, serviço ou ambiente é tanto mais acessível para todas e todos quanto mais perseguir o Desenho Universal.

Apontador: é a pessoa incumbida de anotar as principais ideias ou resumos de aulas, palestras etc., em um caderno ou processador de texto instalado no computador da pessoa com deficiência. Esse serviço de apoio humano é bastante útil para pessoas com deficiência visual (quando não podem ler o que está escrito no quadro ou projeção), pessoas surdas (quando não conseguem anotar e acompanhar concomitantemente tudo que é dito nas aulas e palestras) e pessoas tetraplégicas (quando não conseguem manusear com facilidade um caderno convencional).

Atendentes pessoais: são os profissionais que assistem uma pessoa com deficiência para que ela possa realizar tarefas que não consegue fazer sozinha. Além dos serviços na área de cuidados pessoais, os atendentes pessoais também podem realizar serviços domésticos (cozinhar, lavar as roupas, etc.) e externos (fazer comprar em supermercados, ir a bancos etc.).

Audiodescrição: segundo Motta (2008)¹, é um recurso de acessibilidade comunicacional que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais (espetáculos, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e outros), turísticos (passeios, visitas), esportivos (jogos, lutas, competições), acadêmicos (palestras, seminários, congressos, aulas, feiras de ciências, experimentos científicos), eventos sociais (casamentos) e outros, por meio de informação sonora. Transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas com distúrbio de déficit de atenção, autismo e dislexia. São descritos os elementos visuais que não são percebidos pela falta da visão, tais como figurinos, cenários, gestos, expressões faciais, entrada e saída em cena, mudanças de cena, em filmes, peças e outros produtos audiovisuais; fotos, pinturas e esculturas em museus, exposições e mostras. Veja mais informações em: <<http://www.vercompalavras.com.br/>>.

Audiodescritor: é o profissional que traduz imagens estáticas e dinâmicas em palavras.

Barreiras arquitetônicas: refere-se às barreiras físicas do ambiente, tais como a ausência de rampas e elevadores, banheiros adaptados e de adequações das vias de circulação. A eliminação das barreiras arquitetônicas exige a aplicação da NBR 9050 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que versa sobre a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, apresentando, portanto, todos os requisitos técnicos para o cumprimento da acessibilidade física dos ambientes em contextos urbanos.

Barreiras atitudinais: consiste nas barreiras devido às atitudes preconceituosas capacitistas das pessoas sem deficiência impostas às pessoas com deficiência. Nesse sentido, as barreiras atitudinais se dão por meio de preconceitos, estigmas e mitos sociais sobre as pessoas com deficiência, marcando-as de forma negativa.

Barreiras comunicacionais e informacionais: segundo Vivarta (2003)², consistem nas rupturas comunicacionais comuns, por exemplo, nas trocas sociais entre surdos e ouvintes, nas dificuldades de comunicação de pessoas com paralisia cerebral e com autismo, dentre outros. A eliminação de barreiras comunicacionais e informacionais exige diferentes recursos de acessibilidade, desde a presença de intérpretes de Libras para as pessoas surdas usuárias de Libras e da tecnologia da estenotipia no caso de serem surdas oralizadas e até a utilização de outras tecnologias assistivas, por exemplo, as tecnologias de comunicação

1 MOTTA, Livia M. V. M. *Audiodescrição - Recurso de Acessibilidade para Inclusão Cultural de Pessoas com Deficiência Visual*, 2008. Disponível em: <<http://www.vercompalavras.com.br/pdf/artigo-audiodescricao-recurso-de-acessibilidade.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2013.

2 VIVARTA, Veet. *Mídia e Deficiência*. São Paulo: Andi/Fundação Banco do Brasil, 2003.

alternativa, além da conversão de materiais impressos em tinta para formatos acessíveis a pessoas com deficiência visual, como é o caso da impressão Braille e a produção de textos digitalizados.

Barreiras instrumentais: de acordo com Vivarta (2003) consiste nas barreiras impostas pelo fato de os instrumentos e artefatos culturais suporem um usuário ideal e abstrato, desprovido de quaisquer deficiências sensoriais, intelectuais ou de mobilidade. Sua superação passa pela adoção da noção de desenho universal e pela utilização de tecnologias assistivas.

Barreiras metodológicas e pedagógicas: ainda segundo Vivarta, referem-se às barreiras nas formas de organização do espaço pedagógico, incluindo formas de ensino e avaliação, cabendo às professoras e professores a atenção à diversidade na condução das atividades acadêmicas e na coordenação das trocas sociais em salas de aula.

Brailista: é o profissional treinado para o ensino, revisão e transcrição do Braille.

Capacitismo: é a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos a um ideal de beleza e capacidade funcional. Com base no capacitismo discriminam-se as pessoas com deficiência.

Cuidadoras: são pessoas que assistem pessoas com deficiência e pessoas idosas em atividades que não conseguem realizar sozinhas. Diferentemente do termo “atendentes pessoais” adotado por representantes do movimento da deficiência, as teóricas feministas dos Estudos sobre Deficiência preferem usar o termo cuidadoras. O ofício do cuidado informal é exercido majoritariamente por mães sem recursos financeiros para pagar atendentes pessoais para seus filhos e filhas com deficiência. Em linhas gerais, há dois tipos de cuidadoras e cuidadores: formais e informais. As cuidadoras e os cuidadores formais são profissionais da Enfermagem, legalmente capacitadas e capacitados para os cuidados domiciliares à pessoa idosa ou com deficiência; as cuidadoras e cuidadores informais são pessoas “leigas” que praticam o ofício do cuidado de forma não profissional, muitas vezes realizando em domicílio ações e procedimentos complexos exclusivos da profissão de Enfermagem.

Deficiência: a deficiência é um conceito em evolução e não se encerra no corpo com impedimentos, mas deve ser compreendida como o resultado da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras sociais devido às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de condições com as demais. Nesse sentido, quanto mais incapaz for a estrutura social para atender à diversidade corporal, mais severa é a experiência da deficiência. Essa definição de deficiência encontra amparo legal na *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*.

Desenho Universal: segundo a Norma Técnica Brasileira NBR 15290 da ABNT, que trata da acessibilidade em comunicação na televisão, Desenho Universal (Universal Design) é “a forma de conceber produtos, meios de comunicação, serviços e ambientes para serem utilizados por todas as pessoas, o maior tempo possível, sem a necessidade de adaptação, beneficiando pessoas de todas as idades e capacidades. O conceito de desenho universal tem como pressupostos:

- a) equiparação nas possibilidades de uso;
- b) flexibilidade no uso;
- c) uso simples e intuitivo;
- d) captação da informação;
- e) tolerância para o erro;
- f) dimensão e espaço para o uso e interação.”

Dublagem: é a tradução de programa originalmente falado em língua estrangeira, com a substituição da locução original por falas em português, sincronizadas de acordo com o tempo, entonação, movimento dos lábios das personagens em cena etc. Esse recurso de acessibilidade é importante para as pessoas cegas e com baixa visão que não podem ler legendas e não entendem a língua estrangeira falada.

Educação Inclusiva: é a garantia de acesso, permanência e qualidade do ensino oferecido na escola comum a todo e qualquer estudante, sem discriminação e independentemente de suas características funcionais/corporais e cognitivas. A inclusão de pessoas com deficiência nas salas de aula comuns é uma prática da educação inclusiva. O trabalho pedagógico se baseia na capacidade inerente do ser humano de aprender; pressupõe que a avaliação do progresso do sujeito deve ser feita em relação a ele próprio e não em comparação com outros; reconhece que as diferenças (como a deficiência física, sensorial ou intelectual, a cor da pele, a condição sociocultural, etc.) devem ser celebradas como algo que enriquece o aprendizado de toda e todos; estimula a escola a repensar o seu papel enquanto instituição formativa, que precisa considerar todos os sujeitos no planejamento pedagógico. Por definição, a educação inclusiva implica em uma educação não sexista, não racista, não homo/lesbo/transfóbica e não capacitista.

Estenotípiã: é um recurso tecnológico para transcrição de legendas, podendo a legendagem se dar em tempo real ou não. A estenotípiã é uma técnica bem diferente da datilografia e taquigrafia. A estenotípiã utiliza um teclado especial, denominado estenótípiã, que possui 24 teclas que podem ser acionadas todas ao mesmo tempo, permitindo uma infinidade de combinações de fonemas, sendo essa a base da teoria brasileira de estenotípiã, ao contrário do que acontece quando se utiliza um teclado comum de computador, no qual é necessário teclar letra por letra para escrever uma palavra. A estenotípiã informatizada ainda permite, através de software específico, que o registro seja transformado em texto em tempo real.

Estenotípiã: é o profissional habilitado e treinado para a utilização deste estenótípiã e software. O estenotípiã (com velocidade acima de 140 ppm - palavras por minuto) pode registrar qualquer áudio e/ou vídeo e gerar um texto simultaneamente enquanto registra. É a legenda em tempo real.

Estudos sobre Deficiência: trata-se de uma área de conhecimento interdisciplinar que se ampara na referência ao campo internacionalmente conhecido como *Disability Studies*, constituído no Reino Unido e Estados Unidos na década de 1970, no qual a deficiência é considerada uma forma de opressão que opera com outras categorias sociais como gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual, nacionalidade e geração, etc. O modelo social da deficiência proposto por esse campo implica o contexto social na definição da deficiência. A segunda geração de teóricas desse campo foi fortemente influenciada pelos Estudos Feministas e de Gênero. É também importante destacar que há uma diferença entre “disability research” (pesquisas em deficiência) e “disability studies research” (pesquisas em estudos sobre deficiência): a primeira se foca na perspectiva médica (por exemplo, pesquisas sobre tratamentos e cuidados médicos para pessoas com deficiência), a partir do uso de métodos e técnicas de pesquisa clínico-terapêuticas; a segunda, na perspectiva social da deficiência, a partir do uso de métodos e técnicas de pesquisa das ciências humanas e sociais.

Guia-intérprete: é o profissional que domina diversos métodos ou formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas, podendo acontecer de duas maneiras: a interpretação e a transliteração. A interpretação ocorre quando o guia-intérprete recebe a mensagem em uma língua e a transmite em outra língua, por exemplo, recebe a mensagem em português oral e a transmite à pessoa surdocega em Libras tátil (Libras feita na palma das mãos). Já a transliteração ocorre quando o guia-intérprete recebe a mensagem em uma determinada língua e transmite à pessoa surdocega na mesma língua, porém o faz de modo distinto e acessível à pessoa surdocega, a partir de outros sistemas ou métodos de comunicação. Por exemplo, o guia-intérprete recebe a mensagem em língua portuguesa oral e a transmite em Braille à pessoa surdocega. Outro exemplo é por meio do método tadoma, em que a pessoa surdocega coloca a mão no rosto do guia-intérprete e codifica a mensagem com o polegar tocando suavemente o lábio inferior e os outros dedos pressionando levemente as cordas vocais do guia-intérprete.

Intérprete de Libras: é o profissional ouvinte bilíngue que interpreta e traduz a língua brasileira de sinais para a língua portuguesa em quaisquer modalidades, oral ou escrita (Decreto nº 5.626/2005). Eles desempenham o papel de mediadores das relações sociais entre ouvintes e surdos, atenuando as barreiras de comunicação entre eles.

Ledor: é o profissional que auxilia na leitura de textos e na descrição de imagens para as pessoas cegas ou com baixa visão. O profissional ledor também pode realizar a gravação de textos no formato de áudio, inclusive de livros.

Leitor de tela: é um programa de software de síntese de voz, também conhecido como sintetizador de voz, que transcreve textos em formato acessível no computador para voz. O Virtual Vision, este de produção nacional, e o Jaws são alguns dos principais programas leitores de tela usados por pessoas cegas e com baixa visão.

Libras: é a abreviação para língua brasileira de sinais. A Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão de boa parte das comunidades surdas do Brasil através da Lei nº 10.436/2002. De natureza visual-espacial e estrutura gramatical própria, articulada por meio das mãos, expressões faciais e do corpo, para muitas pessoas surdas a Libras é a sua primeira língua. Embora a Libras possa ser aprendida por qualquer pessoa que se interesse pela comunicação com pessoas surdas usuárias dessa língua, é importante frisar que nem toda pessoa surda se comunica em Libras. Muitas outras pessoas surdas têm o português como primeira língua e são oralizadas, isto é, fazem uso da fala e da leitura labial na sua comunicação com o outro. Há ainda aquelas pessoas surdas que são bilíngues (libras + português).

Modelo médico da deficiência: é a perspectiva biologizante da deficiência que orienta boa parte das políticas públicas e da produção científica sobre a deficiência. Aqui o foco se centraliza na cura ou medicalização do corpo deficiente, sob a aura da “tragédia pessoal”. A deficiência passa a ser considerada um incidente isolado, uma condição anômala de origem orgânica e um fardo social que implica em gastos com reabilitação ou demanda ações de caridade. Nesse sentido, as pessoas com deficiência são passivas e objetos de uma política especial, raramente contempladas nas políticas públicas gerais.

Modelo social da deficiência: é a perspectiva social da deficiência. Para o modelo social a deficiência é considerada um modo de vida, uma possibilidade digna e constituinte da condição humana. Ao opor-se ao paradigma biomédico, o modelo social da deficiência desloca a compreensão da deficiência para o contexto, apontando para as barreiras sociais. A deficiência deixa de ser apenas um “problema médico” e passa a ser uma questão de direitos humanos.

Pessoa com deficiência: segundo o Art. 1 da *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, “pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”.

Recursos de acessibilidade: são adaptações na forma de serviços, programas, produtos, equipamentos e ferramentas computacionais (hardware e software) utilizados por pessoas com deficiência, a fim de promover a funcionalidade física, visual, auditiva ou cognitiva, de modo a garantir a sua autonomia e independência nas atividades cotidianas.

Serviços de apoio humano e animal: são serviços de acessibilidade que compreendem as funções de apoio humano e/ou animal para pessoas com deficiência. No caso de serviços de apoio humano podemos citar as/os profissionais ledoras e ledores, audiodescritoras e audiodescritores, intérpretes de língua brasileira de sinais, guias-intérpretes, estenotipistas, apontadoras e apontadores, acompanhantes, atendentes pessoais, cuidadoras e cuidadores etc. No caso de serviços de apoio animal temos como exemplo os cães-guia.

Sistema Braille: é um sistema de leitura e escrita usado por pessoas cegas e com baixa visão. Baseia-se em 64 símbolos em relevo, resultantes da combinação de até seis pontos dispostos em duas colunas de três pontos cada. Por esses pontos em relevo pode-se fazer a representação tanto de letras quanto de algarismos numéricos e sinais de pontuação. A leitura em formato Braille é feita da esquerda para a direita, ao toque de uma ou duas mãos ao mesmo tempo. **Atenção:** o Braille não é nem deve ser confundido com uma língua! No Brasil temos a padronização da “Grafia Braille para a Língua Portuguesa”, disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/grafiaport.pdf>>.

Tecnologia Assistiva: trata-se de uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, visando garantir a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. A princípio, a tecnologia assistiva se constituiu como um campo de ação da educação especial que teve por finalidade atender o que é específico do alunado com deficiência, buscando recursos e estratégias que favorecessem seu processo de aprendizagem, habilitando-o funcionalmente na realização das tarefas escolares.